



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

LEI MUNICIPAL Nº1.131/2011

Cria o Regime Próprio de Previdência Social do Município de PEDRO II, do Estado do Piauí, de conformidade com a Legislação Federal e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II- PI, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO 1
CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º. Fica instituído nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de PEDRO II, Estado do Piauí, de que são beneficiários os servidores públicos municipais efetivos, estáveis, ativos e inativos, e seus dependentes.

Art. 2º. Cria o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, do Estado do Piauí, nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1960, para atender a nova Legislação Federal (Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, Lei Federal nº 9.717 de 27/11/98, EC 41 de 31/12/03. EC 47 de 05/07/2005 e demais disposições legais), que passa a reger-se pela presente lei.

CAPÍTULO II
DA LEGISLAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 3º. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, observada a Legislação Federal pertinente, reger-se-á por esta Lei, regulamentos, normas, instruções e atos normativos, aprovados pelo seu Conselho Deliberativo.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art. 4º. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II terá como sede e foro o Município de PEDRO II, do Estado do Piauí, ficará vinculado à Secretaria de Administração do Município de PEDRO II e sua duração será por prazo indeterminado.

CAPÍTULO III
DOS PRINCÍPIOS

Art.5º. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II obedecerá aos seguintes princípios:

- I- Universalidade de participação dos servidores municipais efetivos, estáveis, ativos e inativos e seus dependentes, no plano previdenciário, mediante contribuição;
- II- Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação de entidades de classe de servidores ativos, inativos e pensionista;
- III- Inviabilidade de criação, majoração ou extensão de qualquer benefício ou serviço de seguridade social sem a correspondente fonte de custeio total;
- IV- Custeio da previdência social dos servidores públicos do Município de PEDRO II, mediante recursos provenientes, dentre outros, do orçamento do Município e da contribuição compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas que somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração prevista no art. 17, §3º da Portaria MPAS N° 4.992/99;
- V- Subordinação das aplicações de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a padrões mínimos adequados de diversificação, liquidez e segurança econômico-financeira e conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;
- VI- Aplicações dos fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, além do disposto no Inciso anterior, deverão ser observadas as normas federais sobre limites de aplicação de recursos a que estão sujeitos os Regimes Próprios de Previdência Social;
- VII- Subordinação da constituição de reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei a critérios atuariais aplicáveis, tendo em vista a natureza dos benefícios;
- VIII- Os proventos da aposentadoria e as pensões de que trata esta lei serão



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

reajustados na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral da previdência social, ressalvado os casos em que couber paridade;

IX- Valor mensal das aposentadorias e pensões não inferior ao menor salário mínimo vigente no país;

X- Pleno acesso dos servidores às informações relativas à gestão dos órgãos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

XI- Registro e controle das contas dos Fundos Garantidores e provisões do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, de forma distinta e apartada da contado Tesouro Municipal;

XII- Registro contábil individualizado das contribuições pessoais de cada servidor e dos entes estatais do Município de PEDRO II;

XIII- Escrituração contábil observando as normas gerais de contabilidade aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social especificamente as Portarias MPS nº910 de 18/06/03, nº 1317 de 17/09/03 e nº 1.768 de 22/12/03;

XIV- Identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com servidores inativos e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos.

XV- Submissão às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;

XVI- Contribuição dos entes estatais do Município de PEDRO II não poderá exceder a qualquer título o dobro de contribuição dos servidores públicos;

XVII- Vedação da utilização dos recursos, bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive aos entes estatais do Município de PEDRO II e aos servidores públicos municipais e dependentes, bem como a prestação assistencial, médica e odontológica;

XVIII- Vedação a aplicação dos recursos e ativos constituídos em títulos públicos, com exceção de títulos de emissão do Governo Federal.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO PRESIDENCIÁRIA



ESTADO DO PIAUÍ PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art. 6º. A gestão previdenciária do PEDRO II - PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, terá sua operacionalização executada de forma autônoma e independente o da Prefeitura Municipal de PEDRO II podendo ser contratado serviços especializados de terceiros.

Art. 7º. Preservada a autonomia do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, o Regime Previdenciário a que se refere artigo anterior, terá por finalidade:

- a) Estabelecer os instrumentos para a atuação, controle e supervisão, nos campos previdenciário, administrativo, técnico, atuarial e econômico financeiro, observada a legislação federal:
- b) Fixar metas;
- c) Estabelecer, de modo objetivo, as responsabilidades excussões e pelos prazos referentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;
- d) Avaliar desempenho com aferição de sua eficiência e da observância dos princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, economicidade e publicidade e atendimento aos preceitos constitucionais, legais, regulamentares, estatutários e regimentais aplicáveis; e
- e) Formalizar outras obrigações previstas em dispositivos desta Lei e da Legislação geral aplicável.

CAPÍTULO V DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 8º. Os beneficiários da previdência municipal de que trata esta Lei classificam-se em segurados e dependentes.

Art. 9º. Permanece filiado ao Regime Próprio de Previdência Social, na qualidade de segurado, o servidor ativo que estiver;

- I- Cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e
- II- Afastado ou licenciado, temporariamente, do cargo efetivo sem recebimento de subsídio ou remuneração do Município.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art.10º. O servidor efetivo requisitado da União, de Estados, do Distrito Federal ou de outros Município permanece filiado ao regime de previdência de origem.

Seção 1

Dos segurados

Art. 11. São segurados do RPPS:

I- O servidor público titular de cargo efetivo e os estáveis, nos termos do artigo 19 do ADOT, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativos, suas autarquias, inclusive de regime especial e fundações públicas; e

II- Os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de Cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado por regime próprio de previdência social.

§ 2º Na hipótese de acumulação remunerada, dentro das hipóteses constitucionalmente admitidas, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupantes.

§ 3º O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de exercente de mandato eletivo.

Art. 12. A perda da condição ele separado do RPPS ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I- Morte;

II- Exoneração ou demissão;

III- Cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

IV- Falta de reconhecimento das contribuições previdenciárias nas hipóteses previstas nesta lei.

Seção II

Dos dependentes

Art. 13. São dependentes dos segurados do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, sucessivamente:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

I- O cônjuge e companheira, o companheiro, os filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos;

II- Os pais;

III- Irmãos não emancipados, da qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidos;

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I deste artigo é presumida e a das demais deve ser comprovada.

§ 2º A existência do dependente indicado em qualquer do inciso deste artigo exclui do direito ao beneficiário os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

§ 4º Considera-se companheira ou companheiro o pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 5º Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando forem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

§ 6º O companheiro ou companheira homossexual de servidor ou servidora poderá integrar o rol dos dependentes desde que comprovada a união estável, concorrendo para fins de pensão por morte e auxílio-reclusão, com os dependentes previstos no inciso I.

Art. 14. A perda da qualidade de dependente, para os fins do RPPS, ocorre;

I- Para o cônjuge:

a) Pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) Pela anulação do casamento.

II - Para o companheiro ou companheira, pela cessação da união estável com o segurado (a), enquanto lhe for assegurada a prestação de alimento;

III- Para o filho e o irmão de qualquer condição, ao completarem vinte e um anos de idade, salvo se inválidos ou pela emancipação, ainda que inválido, exceto neste caso, se a emancipação for decorrente de colação de grau científico em curso de ensino superior; e



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

IV- Para os dependentes em geral:

- a) Pela cessação da invalidez ou da dependência econômica;
- b) Pela morte.

Seção III

Das Inscrições

Art. 15. A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

Art. 16. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetuado,

§ 1º A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

§ 2º As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

§ 3º A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

CAPÍTULO VI

DOS BENEFÍCIOS

Art. 17. Os benefícios previstos na presente Lei consistem em;

I - quanto aos segurados:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;
- e) aposentadoria especial de professor
- f) auxílio-doença
- g) salário maternidade; e
- h) salário família;

II- quanto aos dependentes:

- a) pensão por morte; e



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

a) auxílio-reclusão.

Seção I

Aposentadoria por invalidez

Art. 18. A aposentadoria por invalidez será concedida ao segurado que for considerado incapaz de readaptação e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição.

I- aposentadoria por invalidez será precedida do auxílio doença sendo os proventos:

- a) integrais, quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da Lei.
- b) proporcionais ao tempo de contribuição, quando a invalidez permanente do segurado não se enquadrar nas condições especificadas na alínea anterior.

II - Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

III- Equiparem-se ao acidente em serviço para os efetivos desta Lei:

- a) o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para sua recuperação.

IV - O acidente sofrido pelo segurado no local ou no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso razão; e



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

e) desabamento, inundação, incêndio e outros fortuno ou decorrentes de força maior.

V - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local o horário de serviço;

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo:

b) na prestação espontânea do qualquer serviço ao município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito.

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiado pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado:

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado; e

e) nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício de cargo.

§1º No cálculo dos proventos da aposentadoria referida neste artigo será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§2º Para o cálculo dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais.

§ 3º Considera-se doença grave, contagiosa ou incurável, para fins do disposto neste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, hanseníase, esclerose múltipla, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de Paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS); contaminação por



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

radiação, com base em conclusão da medicina especializada e hepatopatia. Considera-se também como doença grave, a cegueira total, de ambos os olhos, desde que caracterizada após o ingresso no serviço público, para os entes estatais do Município de PEDRO II, além de outras que a Lei assim definir.

§ 4º A aposentadoria prevista no *caput* deste artigo só será concedida após a comprovação da invalidez do segurado, mediante perícia realizada por junta médica.

§5º Em caso de doença que impuser afastamento compulsório, com base em laudo conclusivo da medicina especializada ratificado pela junta médica, a aposentadoria por invalidez independerá de auxílio-doença e será devida a partir da publicação do ato de sua concessão.

§ 6º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 7º O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

Seção II

Da aposentadoria voluntária por idade

Art.19. O segurado poderá se aposentar por idade voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, desde que atenda às seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente.

I- 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher; e

II- tempo mínimo de 10 (dez) anos de exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que cederá a aposentadoria.

§2º No cálculo dos proventos da aposentadoria referida neste artigo será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência a que esteve vinculado correspondente a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência. Os benefícios serão



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

reajustados na mesma data em que ocorrer reajuste do RGPS para a manutenção do valor real.

§ 2º Aos segurados que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido os requisitos para a obtenção deste benefício, é assegurada à concessão com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º O valor do provento calculado na forma dos parágrafos anteriores não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o PEDRO II -PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Seção III

Da aposentadoria voluntária por tempo de contribuição

Art. 20. O servidor que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração pública até 16 de dezembro de 1998 e que tenha preenchido os requisitos entre esta data e 31/12/2003 poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos integrais em virtude de direito adquirido, quando cumulativamente:

- I- Contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;
- II- Tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e
- III- Contar com tempo de contribuição previdenciária igual, no mínimo, à soma de:
 - a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a no mínimo 20% (Vinte por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998 faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" anterior.

Parágrafo único. Os proventos do servidor de que trata esse artigo são poderão ser superiores a 100% (cem por cento) da última remuneração no



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

cargo efetivo, ao reajuste dar-se-á na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 21. O segurado de que trata o artigo anterior poderá optar pela aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais, quando cumulativamente:

I- contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, o 48 (quarenta e Oito) anos ou mais de idade, se mulher;

II - tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar com tempo de contribuição previdenciária igual, ao mínimo, a soma de:

a) 30 (trinta) anos, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante na alínea "a" anterior.

§ 1º O provento da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, será equivalente a 70% (setenta por cento) do valor que o segurado poderia obter se aposentasse com proventos integrais, acrescidos dos 5% (cinco por cento) por ano completo de contribuição (não tendo o ano completo da contribuição, faz-se à devida proporção) que supere a soma a que se refere o inciso III do artigo anterior, até o limite de 100% (cem por cento); e o reajuste dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art.22. O servidor que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração pública até 16 de dezembro de 1998, poderá optar pela aposentadoria voluntária, quando cumulativamente;

I- contar com 53 (cinquenta e três) anos ou mais de idade, se homem, e 45 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II- tiver 5 (cinco) anos ou mais de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

III- contar com tempo de contribuição providenciária igual, no mínimo, à soma de;

- a) 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher; e
- b) um período adicional de contribuição equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do tempo de contribuição que, no dia 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" anterior.

§ 1º O servidor de que trata o caput deste artigo que cumprir as exigências para a aposentadoria na forma acima terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40. § 1º, III, a e § 5º da Constituição Federal da seguinte proporção:

- I- três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma de caput até 31 de dezembro de 2005.
- II- cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§2º Para o cálculo dessa aposentadoria aplica-se a média aritmética simples de 80% das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994; e o reajuste dar-se-á na mesma data em que ocorrer o reajuste do RGPS desde que haja manutenção do valor real.

Art. 23. O servidor que ingressou regulamente em cargo efetivo na administração pública até 31 de dezembro do 2003, poderá se aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, desde que atenda às seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

- I- 60 (sessenta anos) de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;
- II- 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) ano de contribuição, se mulher;
- III- 20 (vinte anos) de efetivo exercício no serviço público; e
- IV- 10 (dez) anos de carreira e 5(cinco)anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas, conforme o caput, deste artigo, serão revistas na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, tendo como teto de



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

benefício à última remuneração do cargo efetivo, na forma da lei, observado o disposto no artigo 37. XI. da Constituição Federal.

Art. 24. O servidor, que ingressou regularmente em cargo efetivo na administração Pública após 31 de dezembro de 2003, poderá se aposentar voluntariamente, desde que atenda às seguintes condições e requisitos mínimos cumulativamente:

- I- 60 (sessenta anos) de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;
- II- 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) ano de contribuição, se mulher;
- III- 10(dez) anos de carreira e 5(cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas, conforme o caput deste artigo serão calculados com a aplicação da média aritmética simples de 80 % das maiores contribuições efetuadas a partir de julho de 1994 o os reajustes ocorreram na mesma data em que ocorrer o reajusto de RGPS mantendo-se o valor real,

§ 2º As regras aplicáveis ao servidor titular de cargo efetivo que preencheu todas as condições de elegibilidade estabelecidas, no caput deste artigo, até 31/12/2002 serão mantidos os direitos à última remuneração até 19/02/2004, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 25. Poderá ser aplicada aos servidores que ingressaram no serviço público até a data de 16 do dezembro de 1998, desde que optem expressamente, a nova regra introduzida pela EC nº47 de 05/07/05, atendidos as seguintes condições:

- I- 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) ano de contribuição, se mulher;
- II- 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público;
- III- 15 (quinze) anos de carreira e 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

IV- A idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, §1º. III, a da Constituição de um ano de idade para cada ano de contribuição (não tendo o ano completo de contribuição, faz-se á devida proporção) que exceder, a contribuição prevista na alínea "a".

§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas, conforme o caput deste artigo serão integrais e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, tendo como teto de benefício a última remuneração do cargo efetivo, na forma da lei observado o disposto no artigo 37. XI. da Constituição Federal.

Seção IV

Da aposentadoria compulsória

Art.26. O segurado ativo que completar 70 (setenta) anos de idade será aposentado compulsoriamente.

§1º O valor do benefício da aposentadoria compulsória será calculado com base nos proventos proporcionais ao tempo de contribuição e serão equivalentes a 1/35 (um trinta o cinco avos), se homem, e 1/30 (um trinta avos), se mulher, por ano completo de contribuição previdenciária (não tendo o ano completo de Contribuição, faz-se à devida proporção).

§ 2º O valor do provento, calculado na forma de parágrafo anterior, não poderá ser superior a 100% (cem por cento) da última remuneração, sobre a qual incidiu a contribuição previdenciária para o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Seção V

Da aposentadoria especial do professor

Art. 27. O professor segurado que comprove efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou médio, terá direito à aposentadoria especial, com proventos integrais, desde que preencha cumulativamente as seguintes condições requisitos mínimos:



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

- I- 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e se 50 (cinquenta) anos de idade se mulher;
- II- 30 (trinta) anos de contribuição na função de magistério, se homem, e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição na função de magistério se mulher; e
- III- 10(dez) anos, no mínimo, de exercício na função de magistério no serviço público e 5 (cinco) anos de cargo efetivo na função de magistério, em que se dará a aposentadoria.

§1º Considera-se para efeito disposto, como efetivo exercício nas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.

§2º Poderão se aposentar, atendendo os requisitos desse artigo, após 31 de dezembro de 2003, aplicando a média aritmética simples de 80% das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/94; e os proventos serão reajustados na mesma data em que ocorrer o reajuste do RGP, mantendo o valor real.

Art. 28. Na aplicação do disposto no art. 22, do segurado professor, de qualquer nível de ensino, que até 16 de dezembro de 1998, tiver ingressado, por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo efetivo de magistério e que optar por se aposentar, terá o tempo de serviço exercido até essa data contado com acréscimo de 17%(dezessete por cento), se homem e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que venha a se aposentar exclusivamente com o tempo de efetivo exercício das funções de magistério, nos termos do § 1º do artigo anterior.

§1º Os Proventos da aposentadoria, nos termos deste artigo, serão calculados com a aplicação da média aritmética simples de 80% das maiores contribuições efetuadas a partir de julho de 1994, e posterior, aplicação da tabela de redução, conforme o § 1º do art. 22; sendo que os reajustes ocorrerão na mesma data em que ocorrer o reajuste do RGPS, mantendo-se o valor real.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art. 29. Os servidores que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, poderão aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, atendidas as condições do art. 23 e seus incisos, reduzindo 5(cinco) anos no tempo de contribuição e idade do servidor; e os proventos serão revistos na forma do § 1º do art. 30.

Art. 30. Após 31 de dezembro de 2003 os servidores, atendendo os requisitos do art. 26 e incisos, poderão se aposentar aplicando a média aritmética simples da 80% das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/94. E os proventos, nos termos desse artigo, reajustar-se-ão na mesma data em que ocorrer o reajuste do RGPS, mantendo o valor real.

Seção VI

Do Auxílio Doença

Art. 31. O auxílio-doença será concedido ao segurada que venha ficar incapacitado para o trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias a será pago durante o período em que permanecer incapaz, eu será transformado em aposentadoria por invalidez, a critério da perícia médica, preferencialmente, realizada por junta médica do quadro de servidores municipais de PEDRO II.

Parágrafo único. O auxílio-doença, desde que preenchidos os requisitos para sua concessão, somente será devido, a contar:

- I- do décimo sexto dia da incapacidade, quando requerida até trinta dias depois deste;
- II- do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I.

Art. 32. O auxílio de que trata o artigo anterior corresponderá ao salário contribuição que o segurado recebia na data do afastamento e será pago mensalmente, durante o período em que estiver incapacitado, comprovadamente, e a critério da perícia médica preferencialmente, realizada por junta médica do quadro de servidores municipais de PEDRO II.

Parágrafo único. O valor do benefício do primeiro e do último pagamento, após



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

a alta médica, será calculado da forma a corresponder 1/30 (um trinta avos), por dia de afastamento, do valor do salário contribuição do segurado.

Art. 33. O segurado em percepção do auxílio-doença fica obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se aos exames, tratamentos, processos de readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por profissional médico, preferencialmente, indicados pelo PEDRO II - PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDROII.

Art. 34. Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do servidor por motivo de doença, é responsabilidade de Município o pagamento da sua remuneração.

§ 1º Se concedido um novo benefício decorrente da mesma doença dentro do prazo de sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento dos quinze primeiros dias.

Seção VII

Do abono anual

Art.35. O abono anual será devido ao segurado dependente que, durante o ano tiver recebido proventos de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade ou auxílio-doença pago pelo fundo previdenciário municipal.

Art. 36. O Abono de que trata o artigo anterior será proporcional em cada ano ao número de meses de benefício pago pelo Fundo Previdenciário Municipal, em que cada mês corresponderá a um doze avos, e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Seção VII

Do Salário Família



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art.37. O salário família será devido ao segurado de baixa renda, por filho ou equiparado de qualquer condição até quatorze anos, ou inválido de qualquer idade, mensalmente, de acordo com a Portaria editada anualmente pelo Ministério da Previdência que atualmente corresponde a MPS/MF N°333, de 29 de junho de 2010, no valor de:

I- R\$ 27,64 (vinte e sete reais e sessenta e quatro centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 539,03 (quinhentos e trinta e nove reais e três centavos)

II - R\$ 19,48 (dezenove reais e quarenta e oito centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 539,03 (quinhentos e trinta e nove reais e três centavos) o igual ou inferior a R\$ 510,18 (oitocentos e das reais e dezoito centavos).

§ 1º O direito ao benefício de salário-família somente será adquirido a partir de data do requerimento, desde que preenchidos os requisitos para sua percepção.

§ 2º Os valores previstos nesse artigo serão corrigidos pelos mesmos índices de correção aplicada aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - INSS, conforme expressa disposição do Ministério da Previdência Social – MPS, através de portaria editada anualmente.

§ 3º O pagamento do salário-família é condicionado á apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido bem como a comprovação de freqüência à escola do filho ou equiparado.

§ 4º O salário-família não se incorporará ao subsídio, á remuneração ou ao benefício, para qualquer efeito.

Art. 38. Quando o pai e mãe forem segurados, ambos terão direito ao salário-família;

Seção IX
Do Salário Maternidade



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art. 39. O salário maternidade é devido independentemente de carência à segurada gestante, servidora pública efetiva, por 120 (cento e vinte) dias, com início entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, considerando inclusive o dia do parto.

§1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso, anterior e posterior, ao parto, podem ser aumentados por mais 02 (duas) semanas, mediante inspeção médica fornecida por médico designado pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§2º Para fins de concessão do salário maternidade, considera-se parto o nascimento, inclusive o de natimorto, mediante a apresentação da competente certidão.

§3º Ocorrendo aborto não criminoso, comprovado por avaliação médica pericial, mediante atestado fornecido por médico credenciado pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, a segurada terá direito ao salário maternidade correspondente a 02 (duas) semanas.

§ 4º À segurada servidora pública que tenha recebido salário maternidade será pago o Abono Anual proporcional ao período de duração de pagamento daquele benefício.

§5º Se por ocasião da concessão do salário maternidade, for verificado que a segurada encontra-se em gozo de auxílio-doença, este deverá ser cessada na véspera do início de referido benefício, devendo ser comunicado a perícia médica.

§6º O salário maternidade da segurada, servidora pública efetiva, consiste numa renda mensal igual ao salário contribuição integral no cargo efetivo ano que se deu a licença maternidade.

§ 7º À segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

- I- 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade;
- II- 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e
- III- 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (Oito) anos de idade.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Da pensão por morte

Art. 40. Ocorrendo o óbito do assegurado, será devida aos seus dependentes a pensão por morte, que será igual:

- I- Ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou
- II- Ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§1º O valor da pensão será rateado em cotas iguais entre todos os dependentes com direito a pensão.

§2º Sempre que dependente perder essa qualidade, proceder-se-á a novo cálculo e novo rateio do benefício considerado, no entanto apenas os dependentes remanescentes.

§3º A pensão será devida a contar da data:

- I- do óbito, quando requerida até 35 (trinta) dias depois deste;
- II- do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou
- III- da decisão judicial, no caso de morte presumida.

Art. 41. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

- I- Sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e
- II- Desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§3º Os valores referidos nesta Seção serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

Seção XI

Do Auxílio-Reclusão

Art. 42. Aos Dependentes do segurado detento ou reclusa que não esteja em gozo de aposentadoria ou auxílio-doença, será pago, mensalmente, enquanto perdurar esta situação, o auxílio-reclusão de valor equivalente ao do último salário contribuição recebido do órgão empregador, desde que este tenha sido suspenso.

§ 1º Não será devido, em nenhuma hipótese, o pagamento do auxílio-reclusão aos Dependentes do segurado que tenha recebido como última remuneração, valor superior a R\$ 810,18 (oitocentos e dez reais e dezoito centavos).

§ 2º Em qualquer hipótese, o auxílio-reclusão somente será devido aos dependentes enquanto for mantida a qualidade de segurada e será rateado em cotas-partes iguais.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido e pelo período da fuga.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

- I- documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão; e
- II- certidão emitida pela autoridade competente sobre a efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

período de gozo do benefício deverá ser restituído ao Fundo Previdenciário Municipal pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

Seção XII

Das carências

Art. 43. Não será exigida qualquer carência para o recebimento do salário maternidade, da pensão decorrente da morte do segurado, abono anual, auxílio doença, auxílio reclusão e salário família.

Seção XIII

Das disposições gerais relativas aos benefícios

Art. 44. É 05 (cinco) anos e prazo de decadência de todo o qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tornar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em 05 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas toda e qualquer ação para ver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo PEDRO II - PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, salvo o direito dos menores incapazes e ausentes na forma da Legislação Civil.

Art. 45. Os servidores nativos e os Pensionistas do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, em gozo de benefícios na data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003, bem como os alcançados, pois disposto no art. 3º da



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

mesma, contribuirão para o custeio deste regime próprio de previdência, com percentual igual ao estabelecido para os titulares de cargo efetivo, sobre as parcelas dos proventos das aposentadorias e pensões que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, nos termos da lei.

Parágrafo único. No período de gozo do benefício, cabe ao ente estatal empregador recolher a parcela da Contribuição a seu cargo, ao PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II. A parcela devida pelo segurado será descontada pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II quando do pagamento do benefício.

Art. 46. O segurado com gozo de auxílio-doença está obrigado a se submeter, sob pena de suspensão de pagamento do benefício, periodicamente a exames médicos, bem assim a tratamentos, processos, readaptações profissionais e demais procedimentos prescritos por aquele serviço médico.

Art. 47. O benefício será pago diretamente a quem de direito ou a procurador constituído por mandato outorgado por instrumento público, o qual não terá prazo superior a 6(seis) meses, podendo ser renovado ou revalidado.

Parágrafo único. O procurador deverá firmar, perante o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, termo de Responsabilidade mediante o qual se compromete a comunicar qualquer fato que venha a determinar à perda da qualidade de procurador ou evento que possa invalidar a procuração, principalmente a superveniência de óbito ou incapacidade civil do outorgante, sob pena de incorrer em sanções penais cabíveis.

Art. 48. O benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será pago ao representante legal, tutor ou curador, nos termos e requisitos da legislação civil.

Art. 49. Todo segurado, dependente ou representante legal dos mesmos, assinará os formulários e fornecerá os dados e documentos exigidos



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

periodicamente pelo PEDRO II - PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, para provar o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção dos benefícios, ou garantir a sua manutenção.

Parágrafo único. O cumprimento dessa exigência é essencial para o recebimento dos benefícios, ou sua manutenção.

Art. 50. Sem prejuízo da exigência de apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições necessárias para o recebimento dos benefícios, o PEDRO II - PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II poderá tomar providências no sentido de comprovar ou suplementar as informações fornecidas.

Art.51. PEDRO II - PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II poderá negar qualquer reivindicação de benefício, declará-lo nulo ou reduzi-lo, se por dolo ou culpa, forem omitidas ou declaradas falsamente informações para a obtenção de qualquer benefício.

Art. 52. Podem ser descontados dos benefícios pagos aos segurados ou dependentes:

- I- contribuições devidas ao PEDRO II-PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.
- II- o valor da restituição do que tiver sido pago indevidamente pelo RPPS;
- III- impostos retidos na fonte, de conformidade com a legislação aplicável;
- IV- pensão de alimentos decretada em decisão judicial;
- V- outros débitos previstos em Lei e os débitos autorizados pelo servidor, desde que aceitos pelo PEDRO II - PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§1º Salvo o disposto neste artigo, o benefício não poderá ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, sendo nula de pleno direito sua venda, alienação ou Cessão, ou a constituição de qualquer ônus de que seja objeto.

§ 2º Na hipótese do Inciso II, o desconto será feito em até 06 (seis) parcelas, ressalvada a existência de má-fé, quando então não será o débito parcelado.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§ 3º Somente poderão ser descontados os débitos existentes a partir da concessão do benefício e desde que não sejam superiores ao valor do benefício.

Art. 53. Excetuada a hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições feitas ao PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II em hipótese alguma.

Art. 54. Não será devido ao segurado e/ou dependentes o recebimento cumulativo de quaisquer uns dos benefícios a seguir dispostos:

- I- Auxílio-doença
- II- Aposentadoria de qualquer espécie
- III- Auxílio-reclusão
- IV- Salário maternidade

Art.55. Não será considera, para efeito de contagem em dobro de aposentadoria por tempo de contribuição, a licença prêmio do servidor.

§1º Concedida à aposentadoria ou pensão, será o ato publicado e encaminhado à apreciação do Tribunal de Contas.

§2º Caso o ato de concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas, o processo do benefício será imediatamente revisto e promovidas às medidas jurídicas pertinentes.

Art. 56. Os proventos de aposentadoria, pensões, auxílio-reclusão, não poderão exercer, a qualquer título, à remuneração tomada como base para a concessão dos benefícios, sendo vedado o acréscimo de vantagens de caráter transitório à respectiva remuneração.

Parágrafo único. É vedada a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação para a concessão dos benefícios previdenciários de que trata esta Lei com a União, Estado, Distrito Federal ou Outro Município. Cada ente federativo se responsabilizará pela concessão e manutenção dos benefícios previdenciários mantidos pelo seu RPPS.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

TÍTULO II
CAPÍTULO I
DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 57. A previdência municipal estabelecida por esta Lei será custeada mediante recursos de contribuições compulsórias do Município, Câmara Municipal, Autarquias, Fundações e Outros Órgãos empregadores abrangidos por esta Lei e dos segurados e pensionistas, bem assim por outros recursos que lhe forem atribuídos.

§ 1º O Plano Anual de Custeio deverá ser elaborado por Assessoria Atuarial com registro no IBA- Instituto Brasileiro de Atuária.

§ 2º A Assessoria Atuarial, ao elaborar o Plano Anual de Custeio, deverá projetar as reservas de forma segregada, referente aos segurados e dependentes inativos, em data anterior à vigência desta Lei, para efeito de registro contábil, acompanhamento e controle de sua cobertura.

§ 3º Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, V e IX do art. 58 incidentes sobre o abono anual e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 4º Os recursos oriundos das contribuições previstas no caput deste artigo só poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários e da taxa de administração prevista no art. 17 § 3º da Portaria MPAS Nº 4.992/99.

CAPÍTULO II
DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 58. São receitas do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

I- A contribuição mensal compulsória dos servidores ativos, inativos e pensionistas incidirá sobre a totalidade do Salário contribuição, inclusive sobre o Abono Anual, salário-maternidade, auxílio-doença e auxílio-reclusão, no percentual de 11%;

II- Entende-se como salário contribuição o valor constituído pelo



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

vencimento ou subsídio do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou demais vantagens de qualquer natureza, incorporadas ou incomparáveis, percebidas pelo segurado, exceto:

- a) o salário-família;
- b) as diárias para viagens;
- c) a ajuda de custo em razão da mudança de sede;
- d) indenização de transporte;
- e) o adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- f) o auxílio alimentação;
- g) o auxílio-creche;
- h) as parcelas remuneratórias pagas em decorrência do local de trabalho;
- i) a parcela percebida em decorrência de exercício de cargo em comissão ou de função de confiança.

III-O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local do trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, inclusive quando pagas por ente cessionário.

IV-O abono anual será considerado para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

V-A contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara, Autarquia e Fundações Públicas do Município no valor de 11% da folha de pagamento dos servidores ativos, inclusive sobre o Abono Anual;

VI -Os rendimentos e juros provenientes da aplicação dos recursos do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;

VII - Doações, legados e outras receitas,

VIII - Contribuições mensais dos Aposentados e pensionistas de acordo com

Art. 45 desta lei, nos seguintes termos:

- a) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo regime de que trata o inciso acima, que superam os limites máximos estabelecidos para os benefícios do regime de previdência social de



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

que trata o art. 201 da Constituição Federal, com percentual igual estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§1º As contribuições dos servidores em atividades, e as previstas no inciso V e IX deste artigo serão creditadas na conta do PEDRO II até o dia dez subsequente ao do mês da competência.

§ 2º Sobre as contribuições mencionadas no parágrafo anterior, não creditadas na conta do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, no prazo estabelecido, indicará juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o débito atualizado pelo INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) ou pelo índice que vier eventualmente a substituí-lo, até a data de seu efetivo pagamento, sendo da responsabilidade do Conselho Deliberativo de PEDRO II PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II as ações necessárias, inclusive judiciais, se for o caso, para garantir os recolhimentos pelos órgãos empregadores de que trata essa lei.

§ 3º Os valores relativos às contribuições mensais definidas neste artigo serão debitados, automaticamente, na conta do Fundo de participação do Município, pelo Banco do Brasil ou outra Instituição bancária, detentora da conta do Fundo de Participação do município e creditada em favor do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§4º O gestor deverá oficialiar a Instituição de crédito, imediatamente após a criação de PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, comunicando o valor das folhas de pagamento de pessoal, que servirá de base de cálculo ao recolhimento das contribuições, fazendo constar seu caráter irrevogável. Incorrendo nova comunicação, o recolhimento será feito com base na última informação.

§ 5º Se as referidas contribuições não forem creditadas até o 30º dia do mês subsequente ao da competência, fica o Conselho Deliberativo de PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II autorizado a promover a retenção do valor correspondente junto à Secretária de Estado da Fazenda, a ser levado a débito no produto da participação do município na arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica quanto aos débitos devidos pelo Executivo, pelo Legislativo, pelas Autarquias e pelas Fundações Públicas do Município de PEDRO II.

§ 7º As contribuições ora previstas serão revistas no prazo máximo de 06 (seis) meses, com realização do cálculo atuarial.

Art. 59. As contribuições previdenciárias previstas no artigo anterior serão revistas e fixadas anualmente no Plano Anual do Custeio elaborado pela assessoria atuarial contratada pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§ 1º A avaliação atuarial inicial e as reavaliações atuariais serão encaminhadas ao Ministério da Previdência Social no prazo de até trinta dias do encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do poder Legislativo.

§ 2º Se o segurado vier a exercer cargo em comissão, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos que perceberia se estivesse no exercício do seu cargo efetivo.

§ 3º Se o segurado vier a exercer cargo em substituição ou função gratificada ou a responder pelas atribuições de cargo vago, a contribuição será calculada sobre o total de vencimentos correspondente ao cargo efetivo do servidor.

§ 4º Na hipótese de acumuladas permitida em Lei, a contribuição será calculada sobre os totais de vencimentos correspondentes aos cargos efetivos acumulados.

Art. 60. O servidor afastado ou licenciado do cargo, sem remuneração ou subsídio, poderá contar o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento para fins de aposentadoria, mediante o recolhimento das contribuições previdenciárias estabelecidas nos incisos I e V do art. 58.

Art. 61. As contribuições do artigo 60 serão recolhidas diretamente pelo servidor, ressalvadas as hipóteses do artigo seguinte.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art. 62. O recolhimento das contribuições mencionadas nos incisos I e V do artigo 58 é de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício nos seguintes casos:

I - cedido, sem ônus, para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

II - investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, nos termos do art. 38 da Constituição da República, desde que o afastamento do cargo se dê com prejuízo da remuneração ou subsídio.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I quando houver opção do servidor pela remuneração ou subsídio do cargo efetivo, o órgão ou entidade cessionária recolherá somente a contribuição prevista no inciso I do art. 58.

§ 2º Nas hipóteses de que tratam os artigos 60 e 62, a remuneração de contribuição corresponderá à remuneração ou subsídio relativo ao cargo do que o segurado é titular, calculada na forma do art. 58.

§ 3º Nos casos dos artigos 60 e 62, as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I e V do art. 58 deverão ser recolhidas até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da competência, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia dez.

Art.63. As contribuições a que se refere o artigo 58. I e V desta Lei incidirão também sobre o décimo terceiro salário (abono anual).

Art. 64. O Prefeito do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Autarquias e Fundações e os ordenadores de despesa serão responsabilizados, solidariamente, na forma da Lei, caso o recolhimento das contribuições dos órgãos Sob sua responsabilidade não ocorram na data e condições desta Lei.

TÍTULO III
CAPÍTULO I
DA ADMISTRAÇÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Art.65. O PEDRO II- PREV - FUNDO DE PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II terá a seguinte estrutura:

- I- Conselho Deliberativo
- II- Conselho Fiscal; e
- III- Gerência de Previdência

Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 66. O Conselho Deliberativo do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II será constituído de até 5 (cinco) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

- I- Dois servidores, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de PEDRO II, indicados pelo Prefeito, sendo que um deles, a critério do Prefeito ou através de votação pelos membros dos Conselhos ou Servidores públicos efetivos, será o Presidente do Conselho Deliberativo;
- II- Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de PEDRO II indicado pelo Poder Legislativo;
- III- Um servidor inativo, do quaisquer dos entes estatais do Município, sendo esse representante dos inativos e pensionistas, indicado pelos servidores;
- IV- Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de PEDRO II.

§1º Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos.

§2º Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente respectivo, que os substituirão em suas licenças e impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 3º O mandato dos membros designados pelos Poderes Executivo e Legislativo será de 04 (quatro) anos, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§ 4º O mandato dos membros indicados pelos servidores e pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de PEDRO II será de 03 (três) anos.

§ 5º Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.

§6º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

§ 7º A função de Conselheiro não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 8º O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§9º Os membros do Conselho Deliberativo deverão ser contribuintes ou beneficiários do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§ 10. O Presidente do Conselho Deliberativo de PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II terá voz o voto de desempate nas reuniões do Conselho.

§ 11. As deliberações de Conselho Deliberativo serão lavradas em Livro de Atas.

§ 12. As convocações ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo serão feitas por escrito.

Art. 67. Ao Conselho Deliberativo compete:

- I- Deliberar sobre Regimento interno do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;
- II- Deliberar sobre as Diretrizes Gerais de atuação do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;
- III - Deliberar sobre a Nota Técnica Atuarial e o Plano Anual de Custeio;
- IV - Deliberar sobre o Relatório Anual da Gerencia de Previdência;
- V- Deliberar sobre os Balancetes Mensais, bem como o Balanço e os Contas Anuais do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, após apreciados pelo Conselho Fiscal e Auditor Independente;
- VI - Deliberar sobre a aceitação de bens e legados oferecidos ao PEDRO II-PREV-FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

VII- Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como a aceitação de doações com encargo;

VIII - Deliberar sobre a Proposta Orçamentária anual, bem como suas respectivas alterações, elaborada pela Gerência de Previdência do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;

IX - Funcionar como órgão de aconselhamento à Gerência de Previdência do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II nas questões por ele suscitadas:

X-Baixar atos e instruções Normativas, complementar ou esclarecedoras; e

XI- Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei.

Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 88. O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente para cada um, a saber:

I - Um servidor, do quadro eletivo de quaisquer dos entes estatais do Município de PEDRO II, indicado pelo Prefeito;

II - Um servidor, do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do Município de PEDRO II, indicado pelo Poder Legislativo;

III - Um servidor inativo, de quaisquer dos entes estatais do Município, sendo esse representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de PEDRO II.

§ 1º Os membros suplentes serão designados aplicando-se os mesmos critérios fixados para os membros efetivos,

§ 2º O mandato dos membros designados será de 03 (três) anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

§ 3º Juntamente com os titulares e para cada um, será designado 01 (um) suplente, que os substituirão em suas licenças o impedimentos e os sucederão em caso de vacância, conservada sempre a vinculação da representatividade.

§ 4º Será firmado Termo de Posse dos Conselheiros.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§ 5º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de 02 (dois) votos.

§ 6º A função de Conselheiro Fiscal não será remunerada, devendo ser desempenhada no horário compatível com o expediente normal de trabalho.

§ 7º O Conselheiro que, sem justa causa, faltar a três sessões consecutivas ou seis alternadas, terá seu mandato declarado extinto.

§ 8º O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu Presidente em sua primeira reunião ordinária, após a sua posse.

§ 9º O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate;

§ 10º Os membros do Conselho Fiscal deverão ser servidores ativos, contribuintes do PEDRO II -PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

§ 11º As deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em Livro de Atas

Art. 69. Compete ao Conselho Fiscal:

I - Acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - Acompanhar a execução orçamentária do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - Examinar as prestações efetivadas pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - Proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

V - Encaminhar ao Prefeito Municipal, anualmente, até o mês de março, com o seu parecer técnico, o relatório do exercício anterior da Gerência de Previdência, o processo de tomada de contas, o balanço anual e o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios prestados;

VI- Requisitar à Gerência de Previdência e ao Presidente do Conselho Deliberativo a informações e diligências que julgar convenientes a necessárias



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas e exigir as providências de regularização;

VII-Propor ao Gerente de Previdência do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do mesmo;

VIII - Acompanhar o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas, no prazo legal e notificar e interceder junto ao Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao Sistema Municipal, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos, denunciando e exigindo as providências de regularização, e adotando as providências de retenção dos impostos e taxas junto aos órgãos competentes para regularização das contribuições em atraso;

IX - Proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos e atestar a sua correção ou denunciando irregularidades constatadas e exigindo as regularizações;

X - Pronunciar-se sobre a alienação do bens imóveis do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;

XI - Acompanhar os processos de concessão de benefícios, verificando sua legitimidade;

XII- Acompanhar a aplicação das reservas, fundos e provisões garantidores dos benefícios previstos nesta Lei, notadamente no que conceme à observância dos critérios de segurança rentabilidade e liquidez, e de limites máximos de concentração dos recursos; e

XIII- Rever as suas próprias decisões, fundamentando qualquer possível alteração;

XIV - Proceder aos demais atos necessários à fiscalização do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município de PEDRO II.

Parágrafo único. Compete a todos os membros do Conselho Fiscal, individualmente o direito de exercer fiscalização dos serviços do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, não lhes sendo permitido envolver-se na direção e administração do mesmo.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Seção III

Da Gerência de Previdência

Art.70. Fica criado na estrutura de cargos da Prefeitura Municipal 01 (Um) Cargo de Gerente de Previdência e 01 (Um) Cargo de Assistente Administrativo e Financeiro de Previdência, ambos do provimento em comissão, com remuneração a ser fixado pelo chefe do executivo;

§ 1º Os cargos do que trata o caput deste artigo serão ocupados preferencialmente por servidores efetivos do Município, ambos para o exercício da gestão do Regime Próprio de Previdência Social, nomeados pelo Prefeito Municipal, preferencialmente, que tenham nível superior.

§ 2º As deliberações da Gerência de Previdência serão registradas em Livro de Atas.

§ 3º Será firmado Termo de Posse do Gerente no Assistente nomeados,

Art. 71. Compete ao Gerente de Previdência:

I- Representar o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II em juízo ou fora dele;

II - Superintender e exercer a Administração Geral da PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;

III- Autorizar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, as aplicações e Investimentos efetuados, atendido o Plano de Aplicações e investimentos;

IV - Praticar, conjuntamente com o Assistente Administrativo Financeiro, os atos relativos á concessão dos benefícios previdenciários previstos nesta Lei;

V - Elaborar em Conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, a proposta orçamentária anual do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, bem como as suas alterações;

VI - Expedir instruções e ordens de serviços;

VII - Organizar, em Conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os serviços de Prestação Previdenciária do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

VIII - Assinar e assumir, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro os documentos e valores de PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II e responder juridicamente pelos atos e fatos de interesse de PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

IX - Assinar, em conjunto com o Assistente Administrativo Financeiro, os documentos do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.

X - Encaminhar, para deliberação, as contas anuais da Instituição para o Conselho Deliberativo e para o Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas dos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial e da Auditoria Externa Independente;

XI - Submeter ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal os assuntos a eles pertinentes e facilitar o acesso de seus membros para o desempenho de suas atribuições;

XII - Cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

XIII - Praticar os demais atos atribuídos por esta Lei como de sua competência.

Art. 72. Compete ao Assistente Administrativo Financeiro:

I- Manter o serviço de protocolo, expediente, arquivo, bem como, baixar ordens de serviços relacionados com aspecto financeiro;

II- Elaborar e transcrever em livros próprios os contratos, termos, editais e licitações;

III- Supervisionar o serviço de relações públicas e os de natureza interna;

IV- Cuidar para que até o décimo dia útil de cada mês, sejam fornecidos os informes necessários à elaboração do balancete do mês anterior;

V- Manter a contabilidade financeira, econômica o patrimonial, em sistemas adequados e sempre atualizados, elaborando balancetes e balanços, além do demonstrativos das atividades econômicas deste Fundo;

VI- Promover a arrecadação, registro e guarda de rendas a quaisquer valores devidos ao PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, e dar publicidade da movimentação financeira;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

- VII- Elaborar orçamento anual e plurianual de investimentos bem como todas as resoluções atinentes à matéria orçamentária ou financeira e o acompanhamento da respectiva execução;
- VIII- Apresentar periodicamente os quadros e dados estatísticos que permitam o acompanhamento das tendências orçamentárias e financeiras para o exercício;
- IX- Efetuar tomada de caixa, em conjunto com o Gerente de Previdência;
- X- Organizar, anualmente, o quadro de fornecedores, opinando sobre o mesmo e submetendo-o à aprovação do Conselho Deliberativo.
- XI- Manter os serviços relacionados com a aquisição, recebimento, guarda e controle, bem como fiscalização do consumo de material, primando pela economia;
- XII- As ações de gestão orçamentária de planejamento Financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil, as aplicações em investimentos em conjunto com o Gerente de Previdência e deliberado pelo Conselho Deliberativo e o gerenciamento de bens pertencentes ao PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, velando por sua integridade.
- XIII- Manter controle sobre a guarda dos valores, títulos e disponibilidades financeiras e demais documentos que integram o Patrimônio do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II.
- XIV- Proceder à contabilização das receitas, despesas, fundos e provisões do PEDRO II PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II dentro dos critérios contábeis geralmente aceitos e expedir os balancetes mensais, o balanço anual e as demais demonstrações contábeis;
- XV- Manter atualizado o cadastro dos servidores segurados ativos e inativos, e dos seus dependentes, tanto da Prefeitura, da Câmara Municipal e demais órgãos empregadores municipais vinculados ao Fundo de Previdência Social do Município do PEDRO II;
- XVI- Providenciar o cálculo da folha mensal dos benefícios a serem pagos pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II aos segurados e dependentes, de acordo com os dispositivos legais;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

XVII- Responder pela exatidão das carências e demais condições exigidas para a concessão de quaisquer benefícios aos segurados que o requererem;

XVIII- Preceder o atendimento e a orientação aos segurados quanto aos seus direitos e deveres para com o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II;

XIX- Proceder ao levantamento estatístico de benefícios concedidos e a conceder;

XX- Substituir o Gerente de Previdência em seus impedimentos eventuais.
Parágrafo único. É vedada a utilização de cheque pelo Gerente e Assistente do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, para movimentação da conta do Fundo Previdenciário.

Art. 73. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, para a execução de seus serviços, terá pessoal requisitado da municipalidade, dentre os seus servidores, os quais serão colocados à sua disposição com todos os seus direitos e vantagens asseguradas, garantias e deveres previstos em Lei, não podendo perceber remuneração adicional.

Seção IV

Das disposições gerais da administração

Art. 74. Os membros representantes dos diversos órgãos colegiados da Estrutura Administrativa do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II não poderão acumular cargos no Fundo, mesmo que indicados para órgãos diferentes e por diferentes entes municipais ou entidades.

Seção V

Dos Atos Normativos

Art. 75. O Conselho Deliberativo, por sua iniciativa ou solicitação da Gerência de Previdência ou do Conselho Fiscal, deliberará quanto à emissão de instruções e normas operacionais em atos normativas.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

Parágrafo único. Os atos normativos serão emitidos sobre assuntos omissos em Lei, ou em complemento com o objetivo de esclarecer.

TÍTULO IV
CAPÍTULO
DO PATRIMÔNIO E DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art.76. O patrimônio do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II será autônomo, livre, desvinculado de qualquer outra entidade ou ente municipal e constituído de:

I-contribuições compulsórias do Município (Prefeitura e Câmara) e demais órgãos empregadores do que trata esta lei, dos segurados e pensionistas, conforme disposto, no artigo 58 desta lei;

II-receitas de aplicações do patrimônio;

III-produto dos rendimentos, acréscimos ou correções provenientes das aplicações de seus recursos;

IV-compensações financeiras obtidas pela transferência das Entidades Públicas de Previdência Federal, Estadual e Municipal;

V-Subvenções do Governo Federal, Estadual e Municipal;

VI- dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

Art. 77. Os recursos financeiros e patrimoniais do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, garantidores dos benefícios por este assegurados serão aplicados, por Intermediário de Instituições Privadas ou Públicas contratada. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II aplicará o seu patrimônio no País, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo e de acordo com a determinação do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. As diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo orientam-se pelas seguintes objetivos:

a) segurança dos investimentos;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

b) rentabilidade real compatível com as hipóteses atuariais; e c) liquidez das aplicações para pagamento dos benefícios.

Art.78. O exercício social terá duração de 01 (um) ano, encerrando-se em 31 de dezembro.

Art.79. Caberá ao Gerente de Previdência e ao Assistente Administrativo Financeiro a administração e gestão do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, ouvido o Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. A administração e gestão PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II poderá ser terceirizada.

Art. 80. Os recursos a serem despendidos pelo PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, a título de Despesas Administrativas e de Custeio de seu funcionamento, não poderão, em hipótese alguma, exceder o percentual fixado no Plano Anual de seu Custeio.

Art. 81. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II deverá manter os seus registros contábeis próprios, em Plano de Contas, que espelhe com fidedignidade a sua situação econômico-financeira e patrimonial de cada exercício, evidenciando, ainda, as despesas e receitas previdenciárias, assistenciais, patrimoniais, financeiras e administrativas, além de sua situação ativa e passiva, respeitado o que dispõe a legislação vigente.

Art.82. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, ao Prefeito e à Câmara Municipal, respondendo seus gestores pelo fiel desempenho de suas atribuições e mandatos, na forma da Lei.

Art. 83. É vedado ao PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II atuar como instituição financeira, conceder



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

empréstimo, aval, aceite, bem como prestar fiança, ou obrigar-se de favor por qualquer outra forma.

Art. 84. No caso de licença do servidor, com redução de salário mensal, fundamentada por direito constante do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, as suas contribuições mensais, bem assim eventuais obrigações contraídas com o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II que guardem proporção com seus vencimentos terão como base o último vencimento total mensal recebido.

Art. 85. O Prefeito, o Vice-Prefeito, e os Vereadores não são considerados segurados do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, não havendo, desta forma, contribuições destes para o PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, salvo se além da condição acima sejam, também, servidores públicos efetivos dos entes estatais do Município de PEDRO II.

CAPÍTULO II
DO REGISTRO INDIVIDUALIZADO

Art. 86. O registro individualizado das contribuições do servidor titular do cargo afetivo terá os seguintes dados:

I-nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - salário de contribuição, mês a mês, do exercício financeiro anterior;

IV - valores mensais e acumulados da contribuição do servidor do exercício financeiro anterior; e

V - valores mensais e acumulados da contribuição do ente da Federação do exercício financeiro anterior.

§ 1º O servidor será cientificado das informações constantes de seu registro individualizado mediante extrato anual de prestação de contas.

§ 2º O registro individualizado será um registro cadastral, que será consolidado para fins contábeis.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

CAPÍTULO III
DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS

Art. 87. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II divulgará a presente Lei, assim como o material explicativo que descreve as características principais dos benefícios previdenciários e o Plano de Custeio.

Art. 88. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II afixará no quadro de avisos existente em sua sede o Relatório Anual de Atividades contendo os pareceres dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da assessoria atuarial e dos Auditores Independentes, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício anterior, para conhecimento dos seus segurados e dependentes.

TÍTULO V
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 89. Fica vedada a utilização dos fundos, reservas e provisões garantidores dos benefícios previdenciários para o pagamento dos serviços assistenciais de qualquer espécie.

Art. 90. O PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II não será responsável pelo custeio de benefícios já concedidos e custeados pelo próprio município, bem como daqueles cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados até a data de início de vigência desta Lei.

§ 1º O pagamento dos benefícios de que trata o caput deste artigo poderá ser realizado pelo Fundo de Previdência através de repasse efetuado mensalmente pelo município no valor correspondente aos benefícios devidos.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

§2º O repasso para pagamento dos benefícios já concedidos, citado no parágrafo anterior, deverá ser recolhido ao Fundo de Previdência até 72 horas antes da data fixada para o pagamento mensal dos servidores municipais.

Art. 91. A contribuição prevista no Inciso V do Artigo 58 desta Lei é do caráter provisório o vigorará até a conclusão dos estudos de cálculos atuariais, ocasião em que será remetido ao Poder Legislativo projeto de lei estabelecendo as alíquotas patronais definitivas e definindo a forma de cobertura do Déficit Técnico apontado na avaliação atuarial.

Parágrafo único. A cobertura do déficit técnico, de que trata o artigo acima, poderá ser efetuado opcionalmente através de integralização de bens, direitos e ativos nos termos do Art. 6º da lei 9717/98.

Art. 92. Para Garantir o funcionamento do PEDRO II-PREV - FUNDO PREVIDENCIARIO DO MUNICIPIO DE PEDRO II, no exercício de 2010, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional, classificado de conformidade com a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de Maio de 2001, dos Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e gestão.

Art. 93. E assegurada à concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data da publicação da Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§1º O servidor de que trate este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no artigo 40, § 1º, II, da Constituição Federal. O pagamento do abono de permanência acima é de



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO II

responsabilidade do ente federado, em que o servidor estiver em atividade e será devido a partir do cumprimento dos requisitos para obtenção do benefício.

§2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41 de 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios nas condições da legislação vigente.

§ 3º Os proventos de aposentadoria e pensões, concedidas após 31 de dezembro de 2003, serão calculados e ou revistos, após a regulamentação, considera-se as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor ao PEDRO II-PREV - FUNDO DE PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE PEDRO II, na forma da lei.

Art. 94. Esta Lei e suas disposições gerais e transitórias entrarão em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedro II-PI, 21 de dezembro de 2011.

Alvimar Oliveira de Andrade

Prefeito Municipal

Aprovada, sancionada, numerada e publicada a presente Lei no Gabinete do Prefeito Municipal de Pedro II (PI), no dia vinte e um de dezembro de dois mil e onze (21/12/2011).

Marco Olímpio Nogueira Mourão

Chefe de Gabinete